



ASPECTOS DA VIDA COMUNITÁRIA CAMPONESA: RESSIGNIFICAÇÃO E NOVAS FORMAS DE EXISTIR NO LUGAR

Mônica Arruda Zuffi ¹
Rosselvelt José Santos ²

RESUMO

Para a construção deste texto, buscamos nos registros de pesquisas construídos ao longo de mais de uma década de andanças pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, onde conhecemos diversos camponeses tradicionais que trabalham para superar as imposições do capital na região. Nesse processo eles utilizam de seus conhecimentos ancestrais sobre o cerrado dando frente as práticas sócioprodutivas em suas comunidades. Nos lugares, os diversos saberes e fazeres familiares compõem relacionados aos ciclos da natureza como formas de energia para que essas pessoas continuem existindo e produzindo sem que a sua permanência na agricultura passe pelo endividamento no sistema financeiro. Como estratégias de vida lançam e usam para si a vitalidade das suas relações comunitárias, encontrando na ajuda mútua sentido e identidade para ficarem no lugar. Assim, imposições adversas como as do agronegócio, tendem a ser superadas quando eles se juntam em apoio uns aos outros, tecendo redes sociais que lhes permitem viver enfrentando as dificuldades cotidianas da vida no campo. Metodologicamente, nossa pesquisa acontece promovendo rodas de conversas mediadas por diálogos temáticos que fomos criando juntos a esses sujeitos. Objetivamente, nos lugares de vida dos camponeses procuramos explorar as experiências sociais, culturais, religiosas e política das famílias, sempre de forma a explorar suas espontaneidades, pois são elas que nos permitem analisar as singularidades da vida que ocorre nos lugares. Esse caminho tem ampliado os nossos debates fomentados por referências bibliográficas clássicas e atuais que nos auxiliam na compreensão dos enigmas camponeses.

Palavras-chave: Comunidade, Camponês, Lugar, Mutualismo.

ABSTRACT

For the construction of this text, we searched the research records built over more than a decade of wandering through the Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba region, where we met several traditional peasants who work to overcome the impositions of capital in the region. In this process, they use their ancestral knowledge of Cerrado, facing the socio-productive practices in their communities. In places, the diverse knowledge and family practices appear related to the cycles of nature as a source of energy for these people keep existing and producing without their permanence in agriculture going through indebtedness in the financial system. As life strategies, they launch and use for themselves the vitality of their community relationships, finding meaning and identity in mutual help to stay in place. Thus, adverse impositions such as those of

¹ Doutoranda do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – MG, monicazuffi@hotmail.com;

²Professor Doutor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – MG, rosselvelt@ufu.br;



agribusiness tend to be overcome when they join together supporting each other, weaving social networks that allow them to live facing the daily difficulties of rural life. Methodologically, our research takes place by promoting conversation circles mediated by thematic dialogues that we created together with these subjects. Objectively, in the peasants' places of life, we seek to explore the social, cultural, religious and political experiences of families, always in order to explore their spontaneities, as they allow us to analyze the singularities of life that occur in these places. This path has broadened our debates fostered by classic and current bibliographical references that help us to understand peasant enigmas.

Key Word: Community, Peasant, Place, Mutualism.

INTRODUÇÃO

Como criadores de gado leiteiro, os camponeses enfrentam desafios diários. Na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, observamos que para eles conseguirem existir, superando várias imposições do capital, constroem estratégias pautadas na relação com seus vizinhos. Nos lugares de vida, como fornecedores de leite para os grandes laticínios, acionam suas relações comunitárias para encararem e ultrapassarem as imposições, principalmente, aquelas decorrentes de suas inserções no mercado. Neste contexto, destacamos a relevância da comunidade para essas pessoas. É a partir dela que as trocas de serviços acontecem, podendo concretamente contar com a ajuda mútua na elaboração de silos para armazenar alimentos para o gado, garantindo autonomia alimentar aos seus rebanhos e também reforçando formas de reciprocidade entre parentes.

Tais relações envolvem famílias em mutirões voltados para a elaboração de silos de superfície. Essa mobilização coletiva abrange famílias camponesas e maquinários no subsídio recíproco na colheita e armazenamento da silagem, assegurando a permanência deles no costume de execução de serviços coletivos. Além disso, mediada pela ética e moral, sobretudo religiosa, o mutirão contribui para manter esses sujeitos no campo e representa importante recurso sociocultural na geração de trabalho, renda e confiança mútua nos vizinhos, principalmente entre aqueles dedicados a atividade leiteira.

Mediante aos processos produtivos voltados para o agronegócio, as famílias camponesas na região sofreram e sofrem intensas mudanças socioeconômicas. Conseqüentemente, elas vivem em constantes tensões transcuradas das imposições do mercado e do estado. No conjunto, a criação de gado leiteiro de forma tradicional e em



pequenas áreas é repleta de dificuldades que tendem a inviabilizar a vida das famílias camponesas.

Na região do Triângulo Mineiro, ao longo de mais de uma década de pesquisa juntamente com os pesquisadores vinculados ao Laboratório de Geografia Cultural da Universidade Federal de Uberlândia, estudamos os camponeses criadores de gado leiteiro, tendo como resultados o conhecimento das estratégias de vida criadas e arrumadas nas comunidades rurais daquela região. Assim, o objetivo desse texto é analisar como a colaboração recíproca entre camponeses em comunidade, são estabelecidas e nutridas, possibilitando existências e resistências das famílias no lugar São Jerônimo, em Limeira D'Oeste – MG.

Metodologicamente, procuramos analisar a realidade camponesa a partir de trabalhos de campos realizados na comunidade. Nos sítios, acompanhamos os sujeitos e sujeitos do lugar. A partir de diálogos temáticos envolvendo as relações sócioprodutivas, observamos o comportamento das famílias e as suas compreensões sobre a vida delas no lugar. Nesse caminho as compreensões das tensões nos permitiram estudar as formas sociais que eles elaboram para superá-las. As vivências com as famílias camponesas, seus grupos comunitários nos espaços vividos e observação e análise das práticas cotidianas, possibilitaram esclarecer os fundamentos das estratégias de cada família, geralmente lastreadas nas suas experiências.

Nesse contexto, as práticas de pesquisa dialogadas, possibilitaram a observação, comparação e valorização das narrativas, sempre de forma a explorar a espontaneidade dos seus relatos para que pudéssemos compreender suas particularidades, sobretudo conteúdos relacionados aos processos comunitários que permitem a esses sujeitos existirem no lugar. Na sistematização dos dados, fizemos uso de bibliografias específicas que nos ajudaram nesta análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na comunidade de São Jerônimo em Limeira do Oeste, a permanência das famílias destaca-se pela existência de relações sociais que potencializam suas atividades, mesmo com as incertezas vindas, sobretudo, do mercado e do estado. Naquele lugar, a obtenção de renda a partir do leite acontece otimizando o uso da mão-de-obra e de tecnologia.



São práticas sociais que se materializam a partir de diversos tipos de troca e de ajuda mútua que eles desenvolvem entre si. Nessa conjunção, observamos a relevância da comunidade para essas pessoas. Contar com a troca de serviços, inclusive o mecanizado e com a ajuda mútua na elaboração de silos para armazenar alimentos para o rebanho é também uma forma deles elaborarem formas de segurança social na comunidade. Basicamente, o seguro é construído quando a reciprocidade comunitária possibilita as famílias contarem com a mão-de-obra, maquinários e serviços da vizinhança. Além disso, essa reciprocidade que constrói segurança é mediada por relações que envolvem uma ética e uma moral, sobretudo religiosa. Desse modo, a vida em comunidade, tendo instituições atuantes, respeitadas e legitimadas pela prática social contribuem para manter esses sujeitos no campo e representam um importante recurso na obtenção das condições materiais e imateriais da existência daqueles camponeses.

Assim, na nossa abordagem estudamos as relações estabelecidas no desenvolvimento da vida das pessoas no lugar. No caso da comunidade em questão, observamos como os moradores de São Jerônimo se relacionam entre si, como eles estabelecem seus costumes e reciprocidades como uma tradição que perdura no lugar, suas práticas sociais de existência como grupo e as sociabilidades que os mantem.

Deste modo, formamos um caminho de reflexão em torno das práticas camponesas e suas relações que definem o sistema de reciprocidades comunitárias. No campo também observamos as famílias camponesas considerando as relações com a natureza. A relevância de tal procedimento decorre do modo de vida camponês. Segundo Silvone (2008), acontece devido a relação sociedade/meio no campo que sempre existiu através da diversidade de recursos, no entanto, após a década de 1970, a chamada agricultura tradicional foi impactada profundamente sob o aparato tecnológico-produtivo que a acompanhou, trazendo a ideia de domínio da natureza e a possibilidade de um melhor aproveitamento de seus recursos.

Na comunidade São Jerônimo as imposições tecnológicas comparecem nas propriedades e para que os camponeses não caíssem em endividamentos, a saída tem sido o compartilhamento de maquinários como trator, colheitadeiras e também de mão-de-obra. Nos diálogos estabelecidos registramos algumas falas que indicam formas de reciprocidades,



“se um vai fazer silo, o outro vai lá ajudar, se vai mata um porco, vai todo mundo lá e depois divide tudo.”³

Além disso, na comunidade, as famílias camponesas construíram alternativas/saídas que não envolvessem o endividamento em bancos ou outras instituições financeiras. Elas introduziram práticas socioculturais tradicionais que lhes permitiram resistir visando sua permanência no lugar. Assim, a organização e estruturação da comunidade são estabelecidas no lugar de forma a juntar seus costumes e tradições, tendo a ajuda mútua como uma instituição camponesa reinventada, principalmente quando ela se intensifica na elaboração de silos de superfície para armazenar alimentos para o gado leiteiro.

Mesmo antes da necessidade de construir os silos, a construção de acordos sociais era complexa e decorrem de sua campesinidade. Desse entendimento, consideramos que aqueles camponeses resistem a partir de um conjunto de práticas sociais características do tempo e do espaço, assim:

(...) defrontamo-nos não como uma diferenciação e proletarização da maioria, mas com um processo de *pauperização* expresso no fenômeno da “população excedente”, do “subemprego rural”, da “cultura da pobreza”, das favelas, etc. O que se produz não é um “exército industrial de reserva”, pois ninguém deve apelar para essas reservas nas décadas que virão. Tampouco são “desviantes”, “marginais”, ou qualquer outra palavra que suponha excepcionalidade, porque o grupo social a que se refere é central e constante em tal sociedade. (SHANIN, P. 8, 2005)

A noção de existência deve ser relaciona as suas táticas de superação das imposições sociais e espaciais que esses sujeitos estão vivenciando. Assim, a suas permanências no processo produtivo estão diretamente interligadas aquilo que eles elaboram a partir de suas compreensões. Certamente, o processo de desenvolvimento capitalista vai clivando a comunidade, instituído valores de troca, mas também vão reagindo, transformado práticas sociais antigas em estratégias cogitadas na sua capacidade humana de se reinventarem. Portanto, eles agem a partir de lógicas sociais diferentes dos modelos e padrões de desenvolvimento globais, evitando e também superando investimentos uniformizados.

³ Fala de camponês da comunidade São Jerônimo. Trabalho de Campo, 2016.



Para esses sujeitos, a campesinidade lhes permite construir jeitos próprios de viver dentro de seus contextos. Na contramão dos discursos do agronegócio que visam atender a demanda econômica de mercados interno e externo, sua produção é elaborada em pequena escala e sempre com a participação familiar e reciprocidades comunitárias.

Nesse contexto as formas de associação comunitária também possibilitam práticas sócioprodutivas que juntam e articulam o moderno ao antigo, principalmente nas relações entre vizinhos. Vincular tratores de dois ou três vizinhos é uma prática que recupera a ajuda mútua, incluindo nas relações, tecnologias do nosso tempo. Além disso, dinamiza as relações mutualísticas entre esses camponeses.

Para compreendermos essas relações sociais, o que mais se aproxima da realidade estudada é o cooperativismo, que assume no lugar característica da informalidade e espontaneidade das famílias camponesas. Apesar de não exigir um contrato social, uma sede, ele existe no lugar e é um exemplo atual das forças sociais que se juntam, propiciando formas alternativas de enfrentamento das imposições capitalistas. Segundo Paulino,

Não há dúvida que em plena Revolução Industrial o sistema cooperativista se inscreveu como um movimento de insurreição às precárias condições de reprodução social dos trabalhadores e, por conseguinte, de enfrentamento do já desmesurado poder dos capitalistas. (PAULINO, 2003. p. 164).

Como não há a materialização de uma cooperativa na comunidade em estudo, as estratégias derivadas das trocas de serviços e ajuda mútua, podendo ser as mais “simples”, por assim dizer, são revigoradas pelos camponeses para conseguirem sobrepujar a lógica capitalista.

*O povo daqui ajuda se o outro ajuda. Como ninguém se recusa a ajuda na construção do silo então a gente vai tendo certeza que vamos continuar tendo leite pra entrega.*⁴

As oscilações e as inseguranças impostas pelo mercado, dessa forma, são pensadas e avaliadas. Na medida do possível, os camponeses criam estratégias que são rapidamente compartilhadas entre eles e, assim, conseguem promover um fluxo de renda a partir da sua principal atividade econômica.

⁴ Camponês número 2 de São Jerônimo, a respeito da ajuda mútua que acontece entre eles.



Com a intensificação dos gastos e dos problemas das lavouras e da agropecuária, os mecanismos que os camponeses constroem ajudam-nos a ampliar o entendimento de como eles aproveitam as instituições, bem como os costumes vindos da sua cultura. No conjunto, são estratégias econômicas, sociais e ambientais, cujo objetivo é realizar, amparados nos valores comunitários, os usos dos recursos naturais, como água e solos, os quais são postos como trunfos para estabelecerem os seus ganhos monetários.

Considerando os recursos utilizados para viverem da renda obtida na pecuária leiteira, as famílias camponesas desenvolveram o costume de se prepararem para enfrentar os períodos da seca. Quando o pasto seca, quando eles não têm mais a sua principal fonte de alimento para o gado, eles passam a contar com os silos. Esse estoque de comida acaba levando o camponês a estabelecer uma considerável economia de dinheiro na aquisição de ração. O aproveitamento de área da propriedade também indica que esse camponês, além do leite, cultiva lavouras para preparação de silagem – geralmente cana-de-açúcar, milho e sorgo –, e esses alimentos, em maior parte, contemplam a dieta dos bovinos, principalmente aqueles em lactação.

A silagem é uma técnica que, ao contar com as relações sociais de troca e de ajuda mútua na comunidade, torna-se de custo suportável pelas famílias. Assim, o silo pode ser construído com capacidade de suprir as demandas de um rebanho que razoavelmente alimentado vai oferecendo condições de fornecer renda constante aos camponeses, mesmo durante os quatro meses de estiagem.

Em algumas propriedades camponesas, por exemplo, os cultivos de cana-de-açúcar, milho e sorgo acabam rendendo cerca de dezesseis toneladas por hectare de silo, com custo médio de R\$140 a tonelada no ano de 2017. Dependendo da tecnologia empregada e da fertilidade natural dos solos, outros camponeses chegaram a obter 45 toneladas por hectare a um custo de R\$40 a tonelada no mesmo ano.

Em razão da economia custo/benefício, a construção dos silos passou a ser uma prática comum entre os camponeses. Ainda conforme Paulino (2003):

No caso do leite, o limite parece ter sido colocado pelo expediente a que as indústrias estão recorrendo, ao diminuir o período de entressafra para efeito de cálculo do preço aos produtores. Durante anos, os técnicos os estimularam a investir na mudança do perfil produtivo, sobretudo nos meses de pastagens escassas, com a promessa de preços remuneradores. [...] Em razão disso, a maior parte dos camponeses passou a investir em silos, plantio de volumosos alternativos e mesmo melhoria das pastagens. À medida que esses esforços se traduziram em uma relativa



estabilização na captação ao longo do ano, a diferença paga pelo litro de leite, bem como a vigência da entressafra, foram sendo reduzidas drasticamente, retirando uma das poucas oportunidades de compensação aos preços depreciados no chamado período das águas. (PAULINO, 2003, p. 207).

A capacidade de produção leiteira dos camponeses se estabelece em razão desse rearranjo técnico-científico-cultural que eles desenvolveram para lidar com os paradoxos do mercado.

O silo é uma estratégia utilizada para suprir uma necessidade que é prevista periodicamente. Sua funcionalidade está na economia de dinheiro destinado à aquisição de ração e na forma como ele é construído. Na agricultura camponesa, observamos uma convergência entre saber científico e saber tradicional; nela, as potencialidades de uso são inumeráveis, já que, além da economia com sementes comerciais, eles ainda conseguem se utilizar de recursos próprios para conquistar seus aumentos progressivos nas colheitas (Ibidem, 2012).

Caracterizada pelos usos de saberes e fazeres, decorrentes de suas experiências, a agricultura camponesa é integrada a um sistema que permite sua continuação no lugar, onde ela mantém seu caráter familiar. Acionar constantemente seus saberes relacionados ao cultivo e armazenamento de volumosos é um jeito deles construírem alternativas que lhes possibilitam suportar e ir além das restrições criadas pelos laticínios. Especialmente, quando os mesmos estão reduzindo os períodos de entressafra, eliminando efetivamente ressarcimentos no preço do leite produzindo no período seco.

A episteme da silagem é construída a partir de prática discursiva que se encontra especificada no domínio formado pelos diferentes meios encontrados nas suas relações sociais revigoradas no lugar. O silo, nessa realidade, indica um conjunto de habilidades articulados, constituindo-se no principal meio técnico utilizado pelo camponês. Trata-se de um conjunto de conhecimentos que se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2013), tornado prática social de uma comunidade, a qual pode ser percebida na seguinte fala:

Eu tenho um trator, meu vizinho tem outro, aí quando tem que fazer o silo, a gente faz junto. Então não tem motivo de cada um ter um trator. Se eu posso fazê o silo desta maneira então eu tenho dois trator trabalhando, mais apenas um é meu.⁵

⁵ Diálogo com Camponês número 5, da Comunidade de São Jerônimo.



As relações sociais que nutrem as relações cotidianas desses sujeitos são assinaladas pelo mutualismo. Essa situação é (re)criada, (re)inventada pelos camponeses para enfrentar aquilo que parece não ter solução. O certo, porém, é superar os desafios, construindo estratégias compatíveis com os processos territoriais, até mesmo incluindo caminhos de interações de práticas sociais baseadas na reciprocidade que as famílias criam a partir de costumes e tradições ainda presentes na comunidade de São Jerônimo.

A silagem por si só reúne um conjunto de técnicas que somente se efetiva no lugar a partir dos projetos de vida e habilidades camponesas. Desse modo, armazenar comida para o rebanho é uma das formas que eles criam para obterem segurança e continuarem existindo no lugar. Assim, é necessário reconhecer que as práticas sociais camponesas continuam vivas, ativas e associadas ao mutualismo. A partir dele, eles conseguem envolver trabalho camponês, deles e dos outros, em uma ordem relativamente constante e objetivada no interesse de superar, no lugar, as várias imposições, inclusive da vida, em um espaço cada vez mais cercado pelo cultivo de grandes lavouras de cana.

Desse modo, a experiência de vida que ocorre no lugar possibilita vários compartilhamentos, constituindo-se em elemento enriquecedor da vida social e das redes comunitárias tecidas pelos camponeses para serem usadas, inclusive para elaborarem suas estratégias sociais de permanência.

Trata-se também de subjetividades que se tornam patente frente aos esforços para a formação cultural, política e econômica dos integrantes da comunidade. Partilhando objetos, força de trabalho e técnicas, os camponeses se (re)inventam paradoxalmente ao capitalismo. É fato que eles se modernizaram, mas não conseguem existir fora da vida comunitária. De certo modo, são nessas relações que observamos um modo de vida referenciado em resiliências.

Contudo, cada camponês pode, enquanto sujeito único, ter uma vontade particular, mas renunciar a ela nutre o interesse comum, alimenta sua existência absoluta e naturalmente independente. Nos enlacs comunitários, ele consegue encarar as tensões cotidianas, realizar superações, articulando seus interesses comuns.

A silagem, no caso dos camponeses da comunidade de São Jerônimo, é um exemplo de contrato social subjetivo. Ao mesmo tempo que um se disponibiliza a ajudar o outro, eles mantêm um comprometimento entre si. Se um ajuda hoje, amanhã é o dia de



o outro receber de volta. Esse “pacto” contém teoricamente essa condição, e é algo que os acompanha.

“Essa união vem de família, não é de gente diferenciada. Aqui todo mundo se conhece. Então cada um sabe das dificuldades, onde o sapato aperta e como faz pra desaperta”⁶.

Na fala de um dos camponeses que praticam a atividade leiteira, que entrevistamos durante nossas incursões à comunidade, percebemos a vitalidade dessa relação social denominada de ajuda mútua. Como os camponeses estão acostumados a oferecer e receber ajuda, nos limites dos seus interesses comuns, esse mutualismo acontece no momento em que eles reafirmam sua sociabilidade camponesa. Na silagem, também, observamos o exercício de manter o laço que solidifica as pertencas desses produtores ao lugar vivido.

No entanto, essas práticas envolvendo a mutualidade, de alguma forma, sempre existiram no lugar, mesmo que sob outras circunstâncias. Na memória do camponês, há outras formas de mutualismo. O abate de animais, como suínos e bovinos, geralmente implicava na partilha da carne entre os camponeses.

Trata-se de relações que transformam as pessoas em doadores e tomadores de carne. Assim, no momento do abate desses animais, um dos membros da família percorre as propriedades vizinhas para convidar o amigo a participar do processo de abate. Enquanto um tem o bicho pronto para o abate, o outro que já viveu essa situação comparece na relação como membro da partilha.

“Foi muito tempo assim. Um doa e o outro recebe, depois o outro doa para o vizinho recebe... Depois nós partilha as carnes. Aí na vez dele eu pego de volta a minha”⁷.

Dessa maneira, ao descrever o processo de abate dos animais, a fala nutrida pela memória dessas pessoas reforça a ideia sobre a construção de um conjunto de práticas socioculturais inventadas e tornadas costumes comunitários. A partir dessa referência cultural, compreendemos que a troca é uma instituição que se diversifica e é dinâmica, pois,

⁶ Fala do Camponês número 5, na comunidade de São Jerônimo, 2017.

⁷ Fala do Camponês número 6, na comunidade de São Jerônimo, a respeito da distribuição de carne entre eles e a ajuda no abate de animais para consumo próprio.



a partir dela os camponeses criam suas alternativas, reescrevendo suas histórias, cursando um passado que em parte é usado a favor das suas formas de superação.

O fato é que não existe um contrato físico, um papel que os obriga a agir praticando a reciprocidade. No processo social, trata-se de reações às ações de um mundo dominado pela lógica capitalista, no qual o que permanece vivo é próprio de um organismo, de uma comunidade, cujo estatuto seria o mesmo para esses homens, mulheres, anciões, crianças e de seus entes. Ser recíproco é um ato cultural que se repete por aquilo que fazem e vivem à medida que eventuais dificuldades compareçam no cotidiano.

Os camponeses se evidenciam pelas pluralidades de suas práticas sociais. Ao ajudarem uns aos outros, eles tornam a comunidade um lugar seguro. Nesse lugar e nas relações que lhes dão vida, eles percebem que há possibilidades de desenvolver relações propensas ao uso-fruto da terra.

Fazendo uma analogia com o livro *Le mont Etna do Réclus*, a vida desses camponeses na comunidade de São Jerônimo nos remete à montanha descrita pelo autor no livro, em que Réclus atribuía à montanha um lugar privilegiado para exprimir seus ideais de liberdade, solidariedade e fraternidade entre os povos. Contrapondo as vilas construídas na Europa às Usinas, Réclus se remete ao “sucesso” de uma sociedade fundada sobre a injustiça que se fazia às expensas da vida humana (RÉCLUS apud HORTA, 2006).

Ao observarmos os vastos campos de monoculturas como o da cana-de-açúcar, vemos uma paisagem praticamente linear, regular, um alinhamento rígido que liga a terra com o plantio, Usina e campo, indissociáveis – uma monotonia da revolução verde.

O interessante de analisarmos a agricultura dos camponeses se faz nas heterogeneidades dos lugares: a pluriatividade, a singularidade de cada família e, ao mesmo tempo, a vontade em comum de continuarem existindo enquanto criadores de gado leiteiro.

Ser camponês em meio à agroindústria é sem dúvida um exercício de alteridade cultural, econômica e social. Estudar a experiência e a cultura desses sujeitos e sujeitas é, sobretudo, valorizar a diversidade de modos de vida que compõe a identidade camponesa e as tensões sociais que os rodeiam. São situações que nos permite pensar as desigualdades e diferenças sociais e culturais presentes nas áreas de expansão da cana. Nos entornos das grandes lavouras, os camponeses se opõem à razão das políticas de



desenvolvimentismo rural. Assim, não eles acabaram marginalizados, pois reagiram, acionando aquilo de que ainda dispõem, vida comunitária e conhecimento da natureza. Portanto, esses sujeitos não podem, mesmo que por alguns momentos, ser interpretados de forma discriminatória, que os caracterizam como um “obstáculo” ao progresso.

Esse reconhecimento ao camponês basicamente o recupera como sujeito ativo e mentor de suas ações, evidenciando um processo social que diz respeito às experiências de aceitar, na relação, o outro como parceiro; aceitar nas outras pessoas possibilidades de realizar, na comunidade, um desenvolvimento diferente ao do agronegócio. Esse camponês, mesmo que rodeado por imposições, revela-se um sujeito de dentro do processo social que se faz presente na área de estudo desde antes de o cerrado tornar-se capitalistamente produtivo.

Neste momento, ressalta-se a importância de compreender as técnicas, as diferenças e as pluralidades que compõem o mundo desses sujeitos que resistem, pois superam várias dificuldades e paralelos da sociedade atual.

Nas propriedades, observamos que a produção dos meios de vida, fundamentado em um modo de vida em que a fartura é vital para estabelecerem a troca e a ajuda mútua. Neste contexto, a condição sócioterritorial dos camponeses, pode ser analisada a partir de um mosaico de ações territoriais implicadas em reinvenções de práticas sociais. A mutualidade manifestada e (re)significada nas práticas sociais, comparece como cimento social que existe envolvendo trocas e ajuda mútua.

Pelo estudo referenciado até o momento, a história dos camponeses, suas lutas, práticas e representações são marcadas por modos de vida plurais. Suas ressignificações indicam que a resiliência de um grupo social decorre das suas capacidades de persistir, de continuar nutrindo o apreço pela terra e da decisão de se manterem nela e fazer disso seu modo de vida.

Os modos de existir camponeses, são pautados em suas potencialidades em superar as imposições e de se incluir no processo de gerar trabalho e renda na agricultura. O modo de vida camponês envolve recriações de estratégias sociais para suportar as imposições sociais, sejam elas do agronegócio ou de ordens naturais. São caminhos que nem sempre envolvem soluções econômicas que implicam nos afazeres cotidianos, como a silagem em parceria com os vizinhos. Nessa parceria, vemos que eles desenvolveram acordos tácitos que foram apreendidos em sua resiliência para lidarem com as situações adversas do mercado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da instituição ajuda mútua é fundamental para a organização da comunidade. Eles desenvolveram uma rede familiar alinhada com base na estabilidade e persistência de pessoas que buscam, nesse apoio, sua existência. Em grande parte, eles confirmam que a parceria resultante das suas necessidades é praticada e de certa forma garantida pela reciprocidade construída no processo de existir resistindo e superando às imposições da vida..

A riqueza e a diversidade de elementos culturais que aparecem na vida daqueles camponeses e camponesas lembra que eles praticam estratégias de vida para lidarem também com as imposições decorrentes do agronegócio. No lugar, o mutualismo como parte do modo de vida vem contribuindo para o reordenamento sócioprodutivo das famílias contribuindo para novas experiências, inclusive para a intensificação das suas habilidades em construir estratégias de vida comunitária.

Esse comportamento exemplifica e potencializa a sociabilidade do camponês. Adverte também para a riqueza das suas habilidades políticas, culturais e sociais inseridas e manifestadas no modo de vida. A natureza dessa existência camponesa que resiste e que na vida prática supera imposições assume um caráter ativo e positivo na afirmação de suas territorialidades. Portanto, reconhecer o camponês como sujeito se faz tão necessário para ampliarmos os nossos estudos e teorizarmos a sua contribuição socioambiental nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. 256 p.

PAULINO, E. T. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. 2003,430f. Tese (Doutorado em Geografia) Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente,



2003. Disponível em:
http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102969/paulino_et_dr_prud.pdf?sequence=1. Acesso em julho de 2016.

_____. Produção de sementes próprias: um encontro profícuo entre ciência e saber camponês na região de Londrina – Brasil. In: **Anais. XIV Encontro de Geógrafos da América Latina, Peru, 2012.** Disponível em:
<<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/18.pdf>>. Acesso em: jul. de 2016.

RÉCLUS, E. In: HORTA, R. D. Natureza e sociedade, evolução e revolução: a geografia libertária de Elisée Réclus. **Revista Brasileira de História**, vol. 26, nº 51, p.120-2, 134, 136-7. Le mont Etna: 2006.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, p. 1-21, 2012. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456/1432>. Acesso em junho de 2021.

SILVONE, Bruno Rangel. **Análise socioambiental em assentamentos de reforma agrária do norte paraense.** 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008. WOORTMANN, Ellen F.